

# **A banha no Rio Grande do Sul - final do século XIX e primeira metade do século XX**

**The lard in Rio Grande do Sul – end of the 19th century and first half of the 20th century**

Paulo Adam<sup>1</sup>

## **Resumo**

O artigo analisa o papel da banha no processo de dinamização econômica da região colonial do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e na primeira metade do século XX. A banha, e o seu comércio, foi fundamental no processo de concentração de capital e formação de complexos agroindustriais no setor de alimentos, notadamente no de suínos. Nesta lógica, a espoliação de um grupo social, o dos colonos envolvidos na criação de porcos e produção de banha se fez evidente, gerando conflitos econômicos e sociais que repercutiram na cena política. O estudo também analisa como a crise da banha, nos anos 30, foi uma crise da colônia, das comunidades cuja atividade econômica se baseava na produção de porcos e banha, enquanto que para os grupos econômicos envolvidos no processo foi um momento de acumulação de capital seguido de sua reestruturação para um novo patamar produtivo. O estudo demonstra como as entidades organizadas pelos refinadores de banha, primeiro o Sindicato da Banha, e depois o que seria o Instituto da Banha, este último de iniciativa do governo estadual, foram importantes espaços de articulação de uma fração da elite econômica do Estado.

**Palavras chave:** banha; economia colonial, Sindicato da Banha, colonos

## **Abstract**

The article analyses the role of the lard in the economic improvement process at the colonial region of Rio Grande do Sul, at the end of the 19<sup>th</sup> century and at the first half of the 20<sup>th</sup> century. The lard, and its commerce, was essential in the process of capital concentration and development of agro-industrial complexes in the food sector, mainly at the swine sector. Under this perspective, the spoliation of a social group, the farmers involved in pig farming and lard production is evident, generating economic and social conflicts that affected the political scene. The study also analyses how the lard crisis, in the 1930s, was a colonial crisis, of the communities whose economic activity was based on pig and lard production, whereas for the economic groups involved in the process, it was a moment for capital accumulation followed by its restructuring for a new productive threshold. The study demonstrates how the entities organized by the lard refiners, first the Lard Union, and later what would be the Lard Institute, the latter being an initiative of the state government, were important articulation spaces of a fraction of the economic elite of the State.

**Keywords:** lard; colonial economy, Lard Union, farmers

---

<sup>1</sup> Paulo Adam é Mestre em História pelo PPGH-UPF, doutorando pelo mesmo programa, servidor do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Panambi e pesquisador do Núcleo de Estudos de História da Imigração junto a UPF. E-mail: [pauloadam2@gmail.com](mailto:pauloadam2@gmail.com)

## Considerações iniciais

A conjuntura econômica e política do Rio Grande do Sul, no tempo da República Velha (1890-1930), constitui-se como uma transição, na qual a região da Campanha perde espaço e poder em prol das outras regiões. O transcurso de 70 anos, especificamente o período de 1860 a 1930, fragiliza o poder econômico da Campanha, e neste contexto, a economia gaúcha é reorientada, pois que, de eminentemente pecuária e baseada na demanda de exportações de um ou dois produtos (charque e couros), passará a uma economia policultora e com ênfase no mercado local. O peso relativo de cada região foi se alterando em detrimento da Campanha, que permaneceu por um tempo hegemônica, embora decadente. O charque e o couro, por exemplo, que representavam mais de 70% da pauta de exportações em 1861, não chegam juntos a 25% em 1927.

Conforme Fonseca, o grande problema é que frente ao processo de estagnação de sua economia, a Campanha não fora capaz de “ter oferecido outro produto que ocupasse o lugar do charque”, ao passo que, “novas atividades tomarão incremento, capazes de no longo prazo, serem alternativas a economia gaúcha” (1983, p. 56). Dentre estas novas atividades está a indústria de vinho, a confecção de fumos, e principalmente, a fabricação de banha. Este produto em 1927 representa 27% das exportações do Rio Grande do Sul, e a posterior industrialização dos gêneros suínos, constitui-se na base para a formação de modernos complexos agroindustriais. Produziu-se uma inversão em termos de peso econômico entre charque e banha. Em 1890 o charque representava 30% das exportações, ao passo que a banha significava, grosso modo, 11 %. Passados em torno de quarenta anos, em 1927, a banha supera o charque quase 2 pontos percentuais.<sup>2</sup> Sem sombra de dúvida, a criação de suínos para o comércio é uma atividade própria da região colonial e a banha constituiu-se num produto que valoriza a região serrana. Conforme Fonseca, “é através da banha que o norte do Rio Grande integra-se definitivamente à economia estadual” (1983, p. 134). Os municípios maiores produtores de suínos são justamente municípios da região da serra e planalto, sendo

---

<sup>2</sup> Annaes da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 1891-1928. Porto Alegre, A Federação.

que alguns deles são responsáveis por quase 60% do plantel estadual de porcos.<sup>3</sup>

## **1 – A produção colonial no final do século XIX e na primeira metade do século XX**

A banha e o charque permitem a regionalização do Rio Grande do Sul em duas grandes regiões (BERNARDES, 1951). A distribuição geográfica do complexo de transformação do porco, primeiro em banha, depois carne e outros derivados, compreende as antigas regiões de mata, planalto e serra do Estado, ao passo que a produção de charque, esteve regionalmente estabelecida, grosso modo, na antiga região de campo. Observa-se claramente que o agrupamento mais importante dedicado a atividade suinícola e confecção de seus derivados abrange a região das colônias velhas, em torno do vale do Taquari, compreendendo os municípios de Estrela, Arroio do Meio, Encantado, Guaporé. Ali se fez sentir logo a ação de capitais elevados que criaram grandes empresas ligadas a produção suína, inicialmente as refinarias e depois os frigoríficos. Pela sua grande capacidade de produção, logo estendeu sua área de captação da produção para outras regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Outra região importante é o norte do Estado, junto ao rio Uruguai, com Erechim ostentando a maior produção do estado, atingindo 3.700 toneladas em 1945. Depois as regiões de Passo Fundo, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo aparecem com uma considerável produção, colhendo também o benefício da proximidade da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Salienta-se o importante papel da estrada de ferro no escoamento da produção, bem como a *sui generis* condição de Porto Alegre, porto de maior movimento da exportação da banha, embora dotada de uma produção minúscula (BERNARDES, 1951).

Apontando as diferenças entre as formações sociais e econômicas das quais charque e banha são tomados como representantes, pode-se dizer que a produção de charque esteve

---

<sup>3</sup> Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil, 1923. Os municípios são: Guaporé, Lajeado, Montenegro, Alfredo Chaves (depois Veranópolis), Ijuí, Estrela, Santa Cruz do Sul, São Luiz Gonzaga, Passo Fundo, Erechim, São Sebastião do Caí, Encantado e Lagoa Vermelha.

sempre na dependência das facilidades de comunicação com os mercados consumidores. A localização das charqueadas, bem como dos frigoríficos posteriormente, está estreitamente subordinada às ferrovias. Ao passo que a produção de banha em sua maior parte está ligada à locomoção por meio de estradas de rodagem, e embora se beneficie das estradas de ferro em alguns lugares, está espalhada por uma área que elas não atingem integralmente. A produção de charque por sua vez ostenta em cada município onde se apresenta cifras significativas, e estas correspondem a um, ou no máximo, 3 estabelecimentos, demonstrando como o setor experimentou uma concentração bem mais antiga, enquanto que a produção de banha, representada por municípios, corresponde geralmente a uma variedade maior de empreendimentos (BERNARDES, 1951).<sup>4</sup> Outro aspecto que individualiza o contexto da banha é que “quase todos os centros industriais do ramo situam-se dentro da própria área agrícola, o que retrata a estreita interdependência das duas atividades [...] nem mesmo os estabelecimentos criados com grandes capitais conseguiram escapar de toda àquela regra” (BERNARDES, 1951, p. 605).

Não é possível afirmar se a produção de suínos e banha tem um recorte étnico observável nas áreas de colonização mais recente, as colônias novas. Entretanto, nas colônias velhas, os municípios mais caracteristicamente germânicos produziam banha, ao passo que as áreas italianas como Caxias e arredores se especializaram em vitivinicultura. Já na área de colonização italiana adjacente, no norte do Taquari, pelas condições geográficas que dificultavam a vinha, os colonos dedicaram-se à criação de suínos e sua industrialização. Deste modo, é possível concluir que o fabrico de banha e demais produtos de origem suína é “um empreendimento caracteristicamente teuto e ítalo-brasileiro” (BERNARDES, 1951, p. 607). Roche, no entanto, assinala a importância teuto-brasileira no controle do negócio da banha e, mais recentemente, do negócio dos produtos derivados do porco: em 1922, das 18 firmas que atuavam na exportação da banha, 10 são teuto-brasileiras; em 1929/1930, são 15 das 30 firmas, sendo que 5 delas respondiam por 8/10 da banha embarcada; em 1950, realizam 3/4 do comércio da banha, cujos “2/3 saem de matadouros alemães” (1969, p. 442-443).

No início do século XIX a banha figurava dentre os produtos importados, e a primeira

---

<sup>4</sup> Este apontamento de Bernardes deve englobar desde empreendimentos mais simples, como salamearias, salsicharias, açougues, até os empreendimentos que demandariam maiores investimentos, como as refinarias de banha num primeiro momento, e os frigoríficos a posteriori.

banha vendida pela província ainda era feita com matéria-prima bovina. Conforme Roche (1969, p. 333), “foi durante o último terço do século XIX [...] que se generalizou a produção da banha, chamada de *ouro branco*”. E o milho, “transformado em gordura rendia três vezes mais” do que se fosse vendido em grãos (ROCHE, 1969, p. 257). Ao final do século XIX a banha rio-grandense era vendida em todo o país, tendo evoluído em qualidade, por conta das melhorias na criação dos animais e no processo de fabricação. Visto que os porcos “são máquinas de fabricar gordura, com a mandioca e o milho difíceis de transportar” (ROCHE, 1969, p. 292), vale mais a pena fazer banha.

A produção de banha remonta a chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e um dos principais produtos da agricultura colonial, o milho, vinculou-se diretamente a produção da banha. “O colono passou a utilizar o milho para a fabricação de banha, o que lhe rendia muito mais que a mera exportação do grão” e deste modo, a banha era resultado dos “únicos animais criados em maior escala pela colônia de origem imigrante: os suínos” (PESAVENTO, 1983, p. 70). São perceptíveis dois momentos muito claros na relação do colono com a produção de milho, banha e criação de porcos: numa primeira fase, até os anos 1870, nas colônias velhas, o colono passou a utilizar o milho na alimentação dos porcos como forma de produzir mais banha; a partir dos anos 1880, o milho deixa de ser um produto importante dentre os itens da comercialização da colônia para ser utilizado quase exclusivamente na alimentação dos porcos.

Em meados do século XIX, quando não havia refinarias próximas, o beneficiamento dado pelo colono era o único. É possível descrever o trabalho do colono nesta fase primitiva: “registra-se a prática da matança doméstica, realizada no galpão da casa do colono pelo grupo familiar. A banha extraída era conservada em tanques com capacidade de 500 a 1000 kg, tarefa toda realizada sem qualquer fiscalização sanitária” (PESAVENTO, 1983, p. 73). Isto até causava problemas, uma vez que em função das técnicas e equipamentos disponíveis, os colonos “não separavam nem a oleína, nem a glicerina, a gordura colonial dificilmente se conservava”, causando decréscimos nas vendas (ROCHE, 1969, p. 257).

A primeira referência sobre exportação de banha<sup>5</sup> pelo Rio Grande do Sul data de 1866. Pelos dados disponíveis, foram exportadas 13 toneladas que totalizaram 8680\$000.<sup>6</sup> Em

---

<sup>5</sup> Ao que tudo indica, trata-se de banha de porco, uma vez que há referência mais antiga de exportação de banha oriunda de gado bovino.

<sup>6</sup> Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo,

1872 o volume já alcançava 100 toneladas (PESAVENTO, 1983, p. 70). Uma baixa nas cotações da banha se registrou entre os anos de 1875 e 1880 (ROCHE, 1969, p. 257), talvez por questões de conservação e qualidade da banha. Entretanto, as vendas sobem em ritmo acelerado ano após ano. Se em 1880/81 são exportados 188 toneladas, em 1885 são 1200 toneladas, em 1890 atingem 2759 toneladas e em 1893 são 11352 toneladas.<sup>7</sup> Em 1894, quando os fabricantes de banha solicitaram a Assembleia dos Representantes uma redução das tarifas de exportação como forma de favorecer o setor, apresentaram o sólido argumento de “que os peticionários provaram que a banha alimenta com centenas de contos o jogo da riqueza pública”.<sup>8</sup>

O curto período de 20 anos, de 1907 a 1927, assinala um crescimento no volume das exportações de banha do estado da ordem de 817%.<sup>9</sup> O volume salta de 5888 toneladas em 1907 para 48124 toneladas em 1927. Em termos de valores, o incremento supera os 1000%, saltando de 7416 \$ em 1907 para 81980\$ em 1927. Se em 1917 a banha representa 10,4% do montante exportado pelo estado, em 1920 este percentual sobe para 17,3%, e em 1927 significa 19,7% das vendas externas. O consumo interno não acompanha o mesmo ritmo, mas, mesmo assim, obtém um incremento de 251% nos valores obtidos na comercialização, acompanhado de um aumento de 147% na quantidade. Em 1907 eram consumidas no Rio Grande do Sul 16 mil toneladas de banha, enquanto que 1927 este consumo estava em 23 mil toneladas (FONSECA, 1983, p. 133-34). Outro aspecto mencionável é que as vendas internas não têm oscilações, e tanto o consumo como o crescimento dele se mantém num ritmo estável. Por outro lado, se as vendas externas têm oscilações importantes, o retorno monetário da exportação é evidente e muito significativo, sempre valores crescentes, em progressão exponencial, mesmo considerando o processo inflacionário do período.

Nos primórdios da produção da banha, quando o colono ainda era, relativamente, um sujeito importante no processo, duas alternativas se colocaram: a produção doméstica, transformando a banha bruta em banha condicionada, utilizando técnicas rudimentares (ROCHE, 1969), ou a venda direta da banha bruta a um comerciante ou um empresário do ramo do refino de banha, que a exportaria para os centros consumidores, as cidades maiores,

---

1950, p. 517.

<sup>7</sup> Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. 1880 – 1893.

<sup>8</sup> Anais da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 6ª sessão. 15.10.1894.

<sup>9</sup> Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1928.

como Porto Alegre, ou fora do estado como São Paulo ou Rio de Janeiro.<sup>10</sup> Não raro, as duas figuras mencionadas eram uma só, ou seja, o comerciante local ou regional, instalava uma refinaria de banha. Conforme Pesavento (1983, p. 73) “é possível afirmar que o surgimento das refinarias de banha prende-se antes à acumulação de capital comercial especializado na intermediação dos produtos coloniais, do que a evolução do artesanato ou sistema de produção doméstico”.

Roche (1969, p. 442) identificou os maiores empresários da banha do período de 1880 e 1890: Claussen, Dreher, Issler, Jung, Kessler, Smith e Sperb; alguns anos mais tarde, Dillemburg, Fett, Bercht, Renner, Graff, Mentz, Oderich e Bulau. Quase todos, senão todos, ligados ao comércio. Na entrada do século XX os grandes refinadores do estado também são conhecidos, para não dizer os mesmos, e todos ligados de alguma forma, ao comércio: Oderich, Dreher, Jacob Renner, Mentz, Otero Gomes, Cristiano Trein e Ezequiel Maristany (PESAVENTO, 1983, p. 86). As principais firmas comerciais que atuavam no segmento da banha (Claussen, Dreher, Issler, Jung, Kessler, Schmidt, Sperb) consignavam “as barricas de banha e de carne diretamente para Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco” (ROCHE, 1969, p. 442).

Oderich instalou uma refinaria de banha no Caí em sociedade com Edmundo Dreher & Cia e alguns parentes comerciantes. Dreher, além de casa comercial, já atuava como representante de outra refinaria. As famílias Trein e Mentz estabelecidas no comércio a muito tempo, também se associaram ao refino de banha. Otero Gomes & Cia, dono de importante refinaria em Porto Alegre, também tinha uma grande casa comercial desde 1867. Ezequiel Maristany vinha de uma família que atuava no comércio a muitos anos e associou-se no negócio da banha. Enfim, como afirma Pesavento (1983, p. 75) “a produção agropecuária colonial só se efetivava enquanto valor de troca através da intermediação do comerciante”, enquanto que no outro lado do processo, esta “intermediação comercial isolava o produtor direto dos estímulos do mercado”. O comerciante acumulava poder e capital, assumindo uma função oligopólica nas vendas da banha e oligopsônica na compra da banha e demais produtos

<sup>10</sup> Rosalvo Scherer relata sua atuação na compra de banha bruta na região de Carazinho, e sua expedição para o Rio de Janeiro, na época da Primeira Guerra Mundial, contexto que serve para boa parte da região colonial do Rio Grande do Sul no mesmo período. Assim descreve o autor: “Tendo se improvisado refinadores de banha no Rio de Janeiro, que compravam a banha colonial bruta, ali refinando e adicionando até 50% de água, na esperança de os submarinos alemães metessem a carga ao fundo do mar, também eu enviei alguns vagões de banha bruta para a capital federal. Porém a banha que eu remeti foi a nossa banha boa e integral da nossa colônia” (SCHERER, 1956, p. 96). Scharnberg, tradicional exportador de produtos coloniais de Ijuí, também remetia banha para o Rio de Janeiro (WEBER, 1987).

coloniais. Enfim, como assinalou Pesavento, os refinadores da banha “constituíam-se numa parcela da burguesia local que se formava no estado” (1983, p. 79).

O censo de 1907 aponta as três maiores refinarias do estado: Trein, Otero Gomes e Renner. Renner a partir de 1912 conta com câmara frigorífica e também estava fabricando salames, salsichas, carnes preparadas, presunto e bacon, além de exportar 60 mil caixas de banha da marca ROSA e 5 mil barricas de carne para o sudeste do país. A fábrica dispunha de criação de porcos própria e matadouro. Em 1913, são 28 refinarias de banha no Rio Grande do Sul. No entanto, por conta da conjuntura de recessão econômica dos anos Campos Salles até o período Hermes da Fonseca, a tendência maior foi de desarticulação das pequenas empresas e seu açambarcamento pelas grandes. Paulatinamente, transcorria um processo de concentração industrial estabelecendo o controle do setor por poucas e grandes empresas: Dreher, Otero Gomes, Oderich, Maristany e Renner. Em 1916 são 31 estabelecimentos de refino de banha e a valorização do produto atingia o percentual de 71% para o ano de 1917. Mas os maiores grupos ainda são os mesmos já citados (PESAVENTO, 1983, p. 83-89).

A importância do setor da banha impôs-se na economia gaúcha. Já em 1916, a banha é o terceiro setor econômico, abrangendo o valor de Rs. 33249:000\$000, atrás do charque e da madeira.<sup>11</sup> Mas é o setor que possui a melhor relação entre valor aplicado e valor da produção, ou seja, com menos capital aplicado é possível gerar uma produção de capital bem maior. Considerando apenas as refinarias de banha, emprega menos mão de obra que o setor charqueador. Ao mesmo tempo que as vendas aumentaram, ganhando a gordura rio-grandense o mercado internacional, alcançando países como Inglaterra, Alemanha e França,<sup>12</sup> empresários da banha fazem novas associações, ligando-se ao capital financeiro, como ilustra o caso de Frederico Mentz que se associa a Casa Bancária Jorge Pfeiffer (PESAVENTO, 1983, p. 90). Por fim, na década de 1920, num contexto deflacionário, paradoxalmente, a tendência de concentração se acentuou, materializando-se na formação de um grande cartel que, embora não sem conflitos, controlaria o mercado da banha no Rio Grande do Sul.

---

<sup>11</sup> Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. 1917. Porto Alegre: A Federação, 1917, p. 58.

<sup>12</sup> Como se noticiava no Correio Serrano, em 1923 a exportação para a Alemanha alcançou 2355 toneladas, Inglaterra 1640, e França 810 toneladas. Essa importação era menor que a dos anos de 1917 a 1919, quando foram particularmente numerosas, por conta da guerra, e uma das causas reputadas era a diminuição da oferta no mercado brasileiro, visto que a importação de banha por parte destes países mostrava números elevados. Por conta disso, ainda se informava que estes países, que “importam banha em larga escala”, adicionada a Itália, “prometem largo futuro a esse ramo da exportação do Brasil” (Jornal Correio Serrano. Edição de 11.02.1925. MADP).

## 2 – O Sindicato da Banha

Já em 1909, no dia 16 de agosto, as principais empresas ligadas ao negócio da banha fundam o Centro da Banha Rio-grandense no intuito de receber a banha e monopolizar as vendas para o centro do país. Em 1928, a elite dos refinadores de banha, com o apoio do Governo do Estado, para quem era de ‘interesse o trato direto com poucos para satisfazer o interesse de muitos’,<sup>13</sup> decidiu dar mais um passo e formar um sindicato.<sup>14</sup> Entre os proponentes, Piero Sassi, Frederico Mentz, Carlos Henrique Oderich, E. Maristany, e outros refinadores. O Sindicato da Banha teria o capital de 180 mil contos de réis, proporcional a safra normal do ano de 600 mil caixas, repartido entre os cotistas na proporção de produção que cada um era capaz de alcançar no período. Todas as refinarias do estado poderiam fazer parte. “Em suma, o Sindicato da Banha objetiva centralizar a produção e as vendas, atuando no sentido da concentração do capital e renovação dos processos técnicos” (PESAVENTO, 1983, p. 91). No sistema implementado por eles, os estabelecimentos com sua infraestrutura física, equipamentos e marcas das empresas participantes ficariam à disposição do Sindicato. Mas a questão central na função do Sindicato da Banha era o controle dos preços. “Na medida em que o Sindicato teria o controle das vendas no mercado, objetivando o preço alto, e que comprava toda a produção debaixo de uma só marca, tinha uma função monopólica e monopssônica” (PESAVENTO, 1983, p. 91), ou seja, só ele venderia a banha para fora do estado e só ele compraria a produção local. O próprio governo estadual reconheceu que com a ação do Sindicato obter-se-ia um tipo de banha padronizada, com fácil aceitação dos mercados consumidores. Ademais, traria vantagem também pela eliminação dos intermediários, os comerciantes, entre o colono e os refinadores. A ação econômica do

---

<sup>13</sup> Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. 1928. Porto Alegre: A Federação, 1928. P. 8-9.

<sup>14</sup> É um tipo diferente de sindicato, inexistente nos dias atuais, uma vez que a legislação só permite sindicatos de categorias profissionais. Mas no contexto analisado, o termo sindicato também se refere aos grupos econômicos que se associavam para dominar um setor por meio da cartelização. Conforme Weber (1987, p. 42), os sindicatos estaduais desfrutavam de “privilégios legais e concentravam a exportação dos artigos”, como a banha, a erva mate e os aguardentes. Estes sindicatos eram sindicatos de produção.

Sindicato era representada pela Sociedade da Banha Sul Riograndense Ltda., que reduziu as refinarias de banha de 38 para 26,<sup>15</sup> tornando-se dono da maior parte e remodelando-as.

Mas por outro lado, já havia quem entendesse que a ação do Sindicato viria para benefício de poucos e prejuízo de muitos. No Correio do Povo de 24 de setembro de 1928 escrevia-se: “Ainda bem que muito cedo foi desmascarado esse novo monopólio [...] Não se iludam com o intuito do ‘*trust*’ forjado jeitosamente para favorecer um pequeno núcleo de ação dos mercadores”<sup>16</sup>. Pesavento (1983, p. 94-95) analisa que a formação do Sindicato da Banha se constitui no marco fundamental de culminância de mais de 50 anos de acumulação e concentração de capital, submetendo ao mesmo tempo o conjunto dos pequenos produtores coloniais a esta lógica. Lagemann (1996, p. 132) concluiu que o “capital comercial está presente nos diversos ramos, mas principalmente nos têxteis, fabricação de banha e conservas, preparo de tabacos e cervejarias” o que favoreceu a “instalação de plantas industriais cuja necessidade de capital superava a capacidade de acumulação da pequena propriedade agrícola”.

O Sindicato da Banha atuou firmemente na renovação tecnológica dos processos produtivos, rumo a uma padronização para atingir um patamar de exportação. Um dos principais marcos desta busca foi a instalação do frigorífico de Santo Ângelo.<sup>17</sup> Construído entre 1930 e 1931, foi inaugurado com a presença de Carlos Henrique Oderich, considerado a alma da criação do empreendimento. Contava com a utilização de mais avançada tecnologia, com equipamentos modernos, operando com técnicas de frigorificação, levando a um aproveitamento mais integral do porco. E prometia que o colono teria ‘bons preços’ e ‘colocação certa para o seu produto’.

Como resultado da ação do Sindicato, por volta de 1930, 70% da produção estava padronizada.<sup>18</sup> Mais empresas locais se ligavam ao Sindicato na expectativa de manter ou

---

<sup>15</sup> As refinarias da Sociedade da Banha localizavam-se em Porto Alegre, Taquara, Nova Petrópolis, Caí, Caxias, Monte Vêneto, Guaporé, Dois Lajeados, Barra do Guaporé, Lajeado, Estrela, Bom Retiro, Santo Ângelo, Ijuí, Carazinho, Passo Fundo, Erechim, Boa Vista do Erechim e Viadutos (PESAVENTO, 1983, p. 92).

<sup>16</sup> Jornal Correio do Povo. Edição de 24.09.1928.

<sup>17</sup> Segundo Fortunato Pimentel, que por “anos labutou na região colonial”, na função de Inspetor Veterinário em Cruz Alta, neste empreendimento no ano de 1936 foram abatidos 14.687 porcos, com um peso médio de 70 quilos, dando o rendimento de 25.502 caixas de banha, sendo a banha envazada em latas de 20 quilos, e havendo 3 latas por caixa; e 66.400 caixas a 2 blocos de 12,750 quilos para o mercado nacional (PIMENTEL, [s.d.], p. 176).

<sup>18</sup> Para se ter uma ideia do que seria a padronização, em 1930 uma regulamentação expedida pelo Ministro da Agricultura estabelecia que: “não poderá ser exposto ao consumo público com o nome de banha senão o produto resultante da fusão das partes gordas do porco”. Pela mesma norma, seria considerada fraudada ou falsificada

aumentar lucros ou por que não viam como concorrer contra ele, por conta dos privilégios que desfrutava, dentre eles a isenção do pagamento da taxa bromatológica. Mas nem todas as empresas resolveram se associar, como é o caso de A. Costi & Filho, de Encantado, que considerava “inaceitáveis as condições impostas pelo Sindicato” e afirmava não querer participar do grupo de Dreher e Renner e Cia (PESAVENTO, 1983, p. 95-97). Outro caso que pode ser citado é o Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer,<sup>19</sup> em Ijuí, que por alguns anos manteve uma atuação de franca concorrência a ação do Sindicato da Banha na região. Entretanto, o Sindicato da Banha estabeleceu praticamente um monopólio da exportação, obtendo as condições de exportar com exclusividade, inclusive com amparo do governo para isto, obrigando as empresas independentes a vender para ele.

As vendas da banha rio-grandense foram crescentes, principalmente no contexto imediatamente pós 29, entremeadas por uma retração significativa em 31 e 32. Mas considerado o período 1929-33 todo, as vendas são crescentes, aliado a manutenção da estabilidade do mercado interno. A produção em tonelagem, considerando o período mencionado, também demonstra a constância do crescimento, com um incremento de mais de mil toneladas por ano<sup>20</sup>. Ao passo que conseguia penetrar em mais mercados, dentro do Brasil e fora, na Europa e no Prata, a banha do Rio Grande do Sul começou a enfrentar no mercado brasileiro a concorrência dos estados de São Paulo e Minas Gerais principalmente,<sup>21</sup> e no

---

toda a banha que contivesse “substância estranha à sua composição”, menos de “90% de matéria gorda”, ou um grau de acidez de “até 4 graus quando se tratar de produto destinado ao consumo interno e de 2 graus quando se tratar de produto destinado a exportação”. O Mesmo regulamento ainda proibia a adição de qualquer substância para a conservação e refinação da banha, e também proibia o transporte da banha em tonéis, mas “sim em vasilhames de folha que estejam limpas interna e externamente e em bom estado de conservação, sob pena de ficar sujeitos a multa de 200\$000 a 1:000\$000” (Jornal Correio Serrano. Edição de 11.09.1930. MADP). Em 1941, a nova regulamentação estabeleceu que a banha para exportação deveria ter as seguintes características: cor branca, consistência pasta homogênea, odor característico, ausência de impureza, água em 0,5%, acidez no máximo em 1cc. S. N.%, índice de iodo em 65 no máximo e 55 no mínimo, índice de refração absoluta a 40° C em no máximo 1,4604 e no mínimo em 1,4592 (PIMENTEL, [s.d.], p. 176).

<sup>19</sup> Rosalvo Scherer fora ligado ao Sindicato quando dono de uma refinaria de banha em Carazinho, mas ao se transferir para Ijuí, onde era sócio de outra refinaria, decidiu se desligar do Sindicato por discordar da prática do Sindicato de apenas comprar banha, em vez de trabalhar com o aproveitamento integral do porco (SCHERER, 1956).

<sup>20</sup> Relatório do Secretário da Fazenda. 1934. Porto Alegre: A Federação, 1934. p. 23.

<sup>21</sup> Dentre as situações enfrentadas para a venda da banha nos mercados do centro do país, estava aquela que resultara da publicação de reportagens na imprensa do Rio de Janeiro em agosto de 1926 acerca de apreensões da banha oriunda do Rio Grande do Sul pela Diretoria de Saúde Pública. A situação foi verificada *in loco* pelo Dr. Soares Freitas, Diretor da Higiene do Estado, e Protásio Alves, na época Diretor da Saúde Pública do Rio Grande do Sul, para verificarem que nada tinha fundamento, que nenhuma diligência vinha sendo efetivada no Rio de Janeiro acerca da banha oriunda do estado, mas que pelo contrário, esta “gozava da maior reputação, devido a sua caprichosa fabricação”. Ao final de contas, escrevia o articulista, tudo “não passou tudo de estratégias de concorrentes, ou interessados em provocar a baixa de nosso produto” (Jornal Correio Serrano. Edição de 20.08.1926. MADP).

mercado externo da banha dos EUA, que desfrutava de melhores condições de preço no mercado internacional, constituído principalmente por Inglaterra, França, Alemanha e Itália na Europa e Uruguai e Argentina na América do Sul.

A exportação, mesmo vantajosa em termos monetários, não deixava de experimentar seus sobressaltos. Um episódio a parte, por conta de suas repercussões, ocorreu em 1933, quando se festejava que a “venda de 200 mil caixas de banha aos mercados ingleses importará 12 mil contos”. Essa venda contava com o patrocínio do Governo do Estado, pois que havia a necessidade de “baratear” a banha do Rio Grande do Sul para que esta pudesse concorrer com a similar americana. As notícias davam conta da qualidade da banha do Estado, mencionando as cartas provenientes do país de destino da exportação, que diziam ser a banha rio-grandense “mais rica em gordura, isto é, tem mais substâncias que a de outras procedências, o que constitui uma vantagem para os consumidores, pois estes terão necessidade de menor quantidade, para o seu gasto do que uma banha menos rica em gordura”.<sup>22</sup> Para operacionalizar a exportação, o Sindicato da Banha teria vendido a banha ao mercado inglês com um prejuízo de 40% sobre o preço do mercado local, ou seja, “a razão de 60 mil réis a caixa”. Mas, explica o articulista, “o governo patrocinou o negócio, isto é, indenizou o prejuízo”.<sup>23</sup> Enquanto que a gordura do Rio Grande do Sul era enaltecida pela imprensa local, os veículos do centro do país noticiavam a operação como o ‘escândalo da banha’, ou ainda, a ‘negociata da banha’. Segundo Cortés (2007, p. 104), tratava-se de “uma complexa e controvertida manipulação financeira internacional [...] que trouxe lucros generosos ao Estado [enquanto que] certos indivíduos lucraram ainda mais com a transação. A crítica que se seguiu deu um novo apelido para o interventor gaúcho: Flores da Banha”.

Esta operação envolvia o governo gaúcho, sob comando de Flores da Cunha, o Sindicato da Banha, na época sob a presidência de Ezequiel Maristany, a sua empresa (E. Maristany Júnior & Cia), um estelionatário conhecido, Hermes Cossio, uns quantos corretores e associados do estelionatário, e de certa forma Oswaldo Aranha, na época Ministro da Fazenda, que sugerira a operação a Flores da Cunha. Como Hermes Cossio operava no mercado negro com auxílio de vários asseclas e realizou uns tantos negócios captando dinheiro de pessoas desavisadas, o círculo de envolvidos e prejudicados se ampliava bastante.

---

<sup>22</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 31.05.1933. MADP.

<sup>23</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 10.06.1933. MADP. É observável que o negócio não transcorreu exatamente como noticiado pelo Correio Serrano.

Basicamente, “o Estado do Rio Grande do Sul exportaria 200 mil caixas de banha para com o seu produto em dinheiro resgatar títulos da dívida estadual que se encontravam desvalorizados por impontualidade nos pagamentos”.<sup>24</sup> Assim, fora firmado em 05 de maio de 1933 um acordo entre o Governo do Estado e a Sociedade da Banha no qual o governo comprava um montante de 50 mil caixas de banha para a exportação, com direito a uma opção preferencial de mais 150 mil caixas. A colocação da banha no mercado estrangeiro, no caso a Inglaterra, ficaria a cargo da Sociedade, enquanto que o Estado concederia isenção de impostos sobre a exportação e buscaria junto ao Governo Provisório da República o estabelecimento de um câmbio especial, além de outras facilidades para a exportação da banha. De outro lado, o acordo estabelecia que a Sociedade da Banha venderia ao Estado “pelo preço de cinco contos de réis (5:000\$000) cada uma, duas mil e quatrocentas (2400) apólices da dívida pública do Estado”. Por meio da cláusula IV o Estado transferia para a firma E. Maristany & Cia o contrato firmado com a Sociedade da Banha, cabendo a esta empresa adiantar os valores referentes a compra da banha.<sup>25</sup> Maristany por sua vez transferiu a operacionalização da venda da banha na Inglaterra e a compra dos títulos ao operador do mercado negro e estelionatário Hermes Cossio.

Faltam detalhes acerca dos eventos que levaram a publicização do esquema, mas parece que Cossio protelou ou teve dificuldades de vender a banha em tempo hábil ou a vendeu com prejuízo, ao mesmo tempo que transacionava com documentos de crédito sem a devida cobertura de fundos, o que fez com que se visse em maus lençóis. Foi preso em Abril de 1934, momento em que detinha em seu poder muitas ‘guias cambiais’ de exportação de banha e dali para diante o escândalo veio a público, respingando em várias direções. Ezequiel Maristany foi chamado para prestar depoimentos na polícia e uma carta sua para Cossio, dando conta do funcionamento do esquema, foi divulgada. Nela aparecia a referência ao “nosso amigo”, conforme se escrevia: “[...] antecipo que estive hoje com o nosso amigo fazendo exposição de um plano para novas compras”. O advogado de Cossio, José Paranhos Rio Branco, afirmou que o ‘amigo’ ao qual se refere a correspondência era Flores da Cunha.<sup>26</sup>

Algumas notícias pretendem indicar que a principal parte do esquema estava na compra dos títulos da dívida do Rio Grande do Sul no exterior, nos Estados Unidos mais

---

<sup>24</sup> Jornal O Povo. Itu, São Paulo. Edição de 06.05.1934.

<sup>25</sup> Jornal O Paiz. Rio de Janeiro. Edição de 01.05.1934.

<sup>26</sup> Jornal Correio da Manhã. Edições de 03.05.1934 e 08.05.1934.

precisamente, que tinham “cotação miserável”, na ordem de “pouco mais de um conto de réis”, e sua revenda ao Tesouro do Estado por um preço compensador. Como se escrevia: “custa a crer que em face dessa desvalorização, tenha aquele secretário da administração gaúcha fixado o preço da compra, pelo Tesouro, em cinco contos de réis”. Maristany, “só na aquisição dos títulos a preço baixo e a sua venda ao Estado, de acordo com a cotação estabelecida num ajuste prejudicial ao erário rio-grandense, ganhou cerca de três mil contos de réis”.<sup>27</sup>

O Governo do Rio Grande Sul veio a público destacar que realizara a operação para bem do erário, pois possibilitara o resgate dos títulos da dívida com o empenho mínimo de recursos. Graças a ela, o estado comprara ao todo a quantidade de 7.419 títulos dos empréstimos junto aos bancos americanos realizados nos anos de 1921, 1926, 1927 e 1928. Salientava ainda a operação fora realizada com o conhecimento do Conselho Consultivo do Estado, do Ministério de Fazenda e do Banco do Brasil.<sup>28</sup> Além disso, o Governo do Estado não era o único que realizara este tipo de operação. Outros estados já haviam se utilizado de expediente parecido para resgatar seus títulos e a Prefeitura de Porto Alegre também comprara lotes de banha ao Sindicato para a exportação e com os recursos amealhados, operacionalizara o resgate de títulos de sua dívida.<sup>29</sup>

Por outro lado, a imprensa do centro do país criticava a condição privilegiada dada ao Rio Grande do Sul de operar a exportação da banha com o câmbio liberado e sem o recolhimento das guias cambiais ao Banco do Brasil.<sup>30</sup> Isso vem explicar a medida tomada

---

<sup>27</sup> Jornal Correio da Manhã. Edições de 03.05.1934 e 08.05.1934.

<sup>28</sup> Jornal O Paiz. Rio de Janeiro. Edição de 29.04.1934. A mesma edição ainda expunha que em 16 de maio de 1934, o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul faz publicar no jornal A Federação uma nota expondo “de maneira clara e categórica a lisura da interferência do governo na exportação da banha rio-grandense e aquisição de títulos da nossa dívida externa”. Nesta nota informa que, se o custo de compra dos títulos por meio do esquema da exportação da banha somara US\$ 6.949.000 (seis milhões e novecentos e quarenta e nove mil dólares), ou 34.209:000\$000 (trinta e quatro mil, duzentos e nove contos de réis), a economia efetivamente realizada alcançaria valores muito maiores, em dobro ou mais, dependendo do ponto de vista que a operação fosse esmiuçada. As vantagens da mesma haviam se dado por vários aspectos: um pela compra por um valor desvalorizado em relação ao valor nominal expresso em cada título; outro aspecto fora facilitado pelo câmbio especial concedido a operação, o que aumentava em muito os ganhos internos; e um terceiro aspecto ocorria pelo resgate antecipado dos ‘cupons’ dos juros, o que evitava o seu pagamento e avultava em maior economia para o estado. Por fim, a manifestação das autoridades do estado vinham no sentido de afirmar que o envolvimento do estelionatário Cossio fora alheio ao seu conhecimento e independente de sua vontade (Jornal O Paiz. Rio de Janeiro. Edição de 29.04.1934).

<sup>29</sup> Jornal O Paiz. Rio de Janeiro. Edições de 16.05.1934 e 27.04.1934.

<sup>30</sup> “As 200 000 caixas de banha rio-grandense puderam sair com isenção das terríveis formalidades cambiais que regulam o nosso comércio de exportação. Ao passo que não sai uma saca de café do porto de Santos, sem que a respectiva cambial seja entregue, compulsoriamente e a vil preço, ao Banco do Brasil, a banha teve permissão para viajar livremente, reclamando-se dos seus exportadores apenas que prestassem contas depois das suas

pelo Banco do Brasil de determinar que a exportação de banha “fique sujeita a entrega de 100% do câmbio oficial ao Banco”, por que afinal de contas, parecia que o governo tinha “motivos ponderáveis para ordenar a medida pelo Banco do Brasil”, que segundo a reportagem, eram a defesa do mercado interno, evitando a saída descontrolada de itens que poderiam fazer falta no país.<sup>31</sup> Para sorte dos produtores, a medida, classificada como extremamente prejudicial ao setor da banha, foi revogada em dezembro de 1935.

A exportação, para ser vantajosa aos empresários do ramo, estava na dependência da benemerência do governo. A outra opção, frente ao quadro externo desfavorável, para obter preço, conforme a justificativa apresentada pelo Sindicato da Banha, foi a contínua redução do preço pago pela banha bruta e medidas variadas de espoliação do colono, como descontos pelo tipo de vasilhame usado, por exemplo recipiente com “boca estreita [...] recusa de banha em latas de querosene” ou o pagamento de valores menores em municípios com muita oferta. Estas medidas também eram chamadas de maquinações do sindicato: “o ponto alto destas maquinações deu-se em 1934, quando o Sindicato suspendeu, a compra de suínos na serra”.<sup>32</sup> Em 1935, o Sindicato da Banha pagava no Rio Grande do Sul algo em torno de 740 réis, chegando a 700, quando os compradores de Santa Catarina e Paraná<sup>33</sup> pagavam o dobro, ou seja, algo em torno de Rs 1\$500 réis por quilo de banha (PESAVENTO, 1983, p. 102-107).

Assim fica evidente porque o Sindicato da Banha contraiu a animosidade de parte da sociedade gaúcha<sup>34</sup>, principalmente quando da divulgação de seus enormes lucros, em 1936,

---

transações ultimadas. Houve ai uma desigualdade dolorosa em favor do Rio Grande do Sul, contra os estados cafeeiros, e essa desigualdade foi duramente punida pelo destino” (Jornal O Povo. Itu, São Paulo. Edição de 06.05.1934).

<sup>31</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 03.08.1935. MADP.

<sup>32</sup> Ao que tudo indica, o Sindicato suspendeu, entre 1931 e 1935, diversas vezes a compra de banha. Entretanto, as suspensões que mereceram a maior cobertura da imprensa foram as que ocorreram entre 1931 e 1933. Provavelmente, dali para diante o Sindicato passou a sustar a compra de forma mais localizada ou impor outras restrições de modo a controlar os preços e a oferta do produto.

<sup>33</sup> Portanto, não causa espanto o fato de a fronteira com o estado vizinho tornar-se rota de desvios de cargas e transbordo de banha para o outro lado da divisa estadual. O próprio Sindicato precisou conduzir uma investigação acerca do funcionamento de um esquema na fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, na região de Marcelino Ramos, para descobrir que funcionários e gerentes da Sociedade da Banha estavam envolvidos. Além do desvio de cargas, ocorria que muitas pessoas montavam empresas do lado catarinense no intuito de comprar a banha gaúcha. Um dos episódios, noticiado como um grande contrabando de banha, ocorrera em Erechim: “Contra a firma Saulle & Pagnoncelli, de Boa Vista do Erechim, foi aberto um inquérito pela Diretoria da Viação Férrea e pelo Tesouro do Estado, afim de verificar a sua responsabilidade num contrabando de banha deste estado para o de Santa Catarina, fugindo assim, ao pagamento das taxas bromatológicas de exportação correspondentes a trezentos réis por quilo. A firma Pagnoncelli deverá pagar avultada importância” (Jornal Correio Serrano. Edição de 28.08.1935. MADP).

<sup>34</sup> Replicando a opinião de muitos outros órgãos de imprensa, o Correio Serrano de Ijuí argumentava sobre a “inconveniência da existência de tal organização”, pois que não atendia as necessidades dos colonos, pelo contrário, “enquanto os verdadeiros produtores sacrificam-se no trabalho estafante, o Sindicato da Banha

após um período de forte crise no setor da suinocultura colonial. Notadamente dois setores experimentaram conflitos com o Sindicato. O principal deles, e com o qual o atrito seria aberto e escancarado, foi o dos colonos, representados pela emergência de um forte movimento associativista, por meio da organização das Uniões Coloniais, berço de um movimento sindical e cooperativista de agricultores.<sup>35</sup> O outro setor é o empresarial, constituído por aqueles grupos de comerciantes que, em face da ação do Sindicato da Banha, e em não podendo ou não querendo associar-se a ele, viram-se em desvantagem neste importante setor econômico, o da comercialização da banha de porco.

Em alguns lugares ocorreu uma aproximação entre comerciantes e os agricultores, produtores de banha, organizados na União Colonial. Por exemplo, em “1932, um grupo de comerciantes de Carazinho (Ramos & Cia., Selm & Cia., F. Barleza, Arno Decker e L. Felipe Graeff), juntamente com a União Colonial [...] tomaram a iniciativa de formarem a ‘Liga de Defesa dos Produtores de Banha’”, bem como uma ‘cooperativa de produtores de banha’, com o fim de construir uma refinaria modelo” (PESAVENTO, 1983, p. 105). O quanto esta aproximação foi consistente, até que ponto representou uma convergência de interesses e os resultados que produziu ainda está para ser analisado. Em Ijuí também se relata uma situação parecida, quando na formação da União Colonial ocorreu a presença de comerciantes junto dos agricultores, sendo que um dos mais importantes da localidade, Bernardo Gressler, usou da palavra em uma reunião da União Colonial por ocasião da suspensão das compras da banha por parte do Sindicato (WEBER, 1987, p. 99). Além disso, com um novo fôlego do movimento associativista, várias cooperativas de colonos são formadas, dentre elas a Cooperativa Sul-Riograndense da Banha, situada em Cruz Alta, a “maior das cooperativas de

prospera de uma forma significativa” (Jornal Correio Serrano. Edição de 11.11.1936. MADP.). O que alimentava sobremaneira o argumento era a divulgação dos lucros da organização após os balanços ao final de 1936. Segundo se informava, cada possuidor de “uma cota de mil contos no Sindicato da Banha recebeu no último balanço um dividendo superior a novecentos contos de réis.” Além disso, o lucro líquido da organização alcançaria uma “importância superior a 14 mil contos de réis” (Jornal Correio Serrano. Edição de 04.07.1936. MADP.). Se a distribuição das cotas em 1936 ainda correspondia ao que se configurara na formação da organização em 1928, quando o capital compunha-se de 180 mil contos de réis, a distribuição de lucros na proporção mencionada chegaria a 162 mil contos de réis. Ou seja, o lucro de apenas um ano quase poderia ter pago o investimento inicial, que acontecera em 1928. Especulando-se que nos anos anteriores a 1936 a distribuição de lucros não tenha chegado a esta cifra, mesmo assim é inescapável concluir que o investimento no Sindicato da Banha pela elite dos refinadores do Rio Grande do Sul fora pago várias vezes ao longo destes oito anos de atuação.

<sup>35</sup> A questão das associações de agricultores, como as Uniões Coloniais, e do cooperativismo como forma dos colonos escaparem da espoliação pelos grandes grupos econômicos, bem como a crise da banha nos anos 30 é discutida de forma mais minuciosa em: ADAM, Paulo. “*Ouro Branco*”: O porco e a banha em Ijuí (1890-1950). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015. Ali é possível vislumbrar como que os episódios da formação da Cooperativa Sul-Riograndense da Banha em Cruz Alta e da tentativa da Cooperativa do Cadeado, em Ijuí, foram episódios importantes neste processo.

colonos suinocultores” (PIMENTEL, [s.d.], p. 177) que manteve seu funcionamento quase até o final da década de 60 do século XX.<sup>36</sup>

Em certo sentido, a crise da banha que se estabeleceu nos anos trinta foi sobretudo uma crise para o colono, em virtude da queda dos preços pagos pela banha de porco por parte do principal comprador cartelizado no Sindicato da Banha. A consequência imediata foi o desestímulo a atividade suinicultora, que repercutiu na queda do rebanho na mesma década. Os dados dão conta da queda do rebanho suíno entre 1929 e 1935, na ordem de quase 70 mil porcos em 5 anos (MOURE, 1996). Obviamente que o incremento do abate no período pode ter a sua parcela de culpa nesta redução, mas no mercado em expansão, seria natural também a ampliação da criação à medida que o produtor fosse remunerado dentro de alguns patamares. No entanto, ocorreu concomitante uma redução do preço médio do suíno.

Como resultado, o quadriênio central dos anos 30 foi marcado pelo atrito entre o Sindicato da Banha e associações de agricultores, entremeado ao conflito das posições políticas na estrutura do governo. Pesavento (1983, p. 117) aponta para o fato que “a política econômica de Flores da Cunha deu-se toda no sentido de incentivar e proteger os sindicatos e as grandes empresas gaúchas”. A crise e queda de Flores da Cunha do governo estadual, marcada por vários elementos, relaciona-se também, em parte, aos desdobramentos da crise da banha.

Já em 1934, frente às pressões dos colonos, por meio da Liga das Uniões Coloniais, e em certa medida, dos segmentos empresariais que não estavam inclusos nos benefícios ou na organização do Sindicato, e muito provavelmente face ao quadro eleitoral que se desenhava para aquele ano, o Governo do Estado concedeu a isenção das taxas bromatológicas para as cooperativas e demais empresas do setor suinícola e revogou a condição monopolística do Sindicato de atuar na exportação, liberando-a para as demais empresas constituídas no Estado, inclusive as cooperativas.<sup>37</sup>

Em 15 de janeiro de 1937, por decreto do Governo do Estado, foi criado o Instituto Sul

---

<sup>36</sup> Em 1942 as cooperativas fundadas por colonos e dedicadas a suinocultura era estas: Coop. Suinocultores Bela Vista - Fagundes Varela, Coop. S. Rio-grandense de Banha Ltda. - Cruz Alta, Coop. Produtos Suínos Buricá - Santa Rosa, Coop. Produção de Banha Sant'Ana - Getúlio Vargas, Coop. Produtos Suínos Cai Superior - Caí, Coop. Sananduva Produtos Suínos - Sananduva, Coop. Produção de Banha Santa Izabel - Erechim, Coop. Suinocultores do Encantado Ltda. - Encantado (SIPS, 2009).

<sup>37</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 10.10.1934. MADP.

Rio-grandense da Banha, que substituiu o Sindicato e a Sociedade da Banha, representando uma “conjugação de esforços entre o Estado e os particulares”.<sup>38</sup> Os principais membros da diretoria eram, dentre outros, Júlio Renner, Piero Sassi, Ernesto Oderich e Alberto Fett. Para presidi-lo fora nomeado o servidor federal de carreira, Paulo Froes da Cruz, que ocupara o cargo de Inspetor-Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura em Porto Alegre. O Instituto deveria, em tese, “conciliar os interesses de suinocultores, industrialistas e exportadores”, havendo nele uma representação dos colonos, mas, na prática, quem detinha a hegemonia era o grupo oriundo do Sindicato, causando a continuidade dos mesmos conflitos de outrora (PESAVENTO, 1983, p. 117). Isto deve ter contribuído para que o Instituto Sul Rio-grandense da Banha tivesse uma existência efêmera. Os conflitos políticos no âmbito da Assembleia Legislativa, de outro lado, principalmente a oposição Frente Única Gaúcha (oposição) versus Partido Republicano Liberal (Governo), ampliada pela dissidência do PRL, que se uniu a oposição, acabou por tornar sem efeito o Decreto 6.375 que criava o Instituto. Um substitutivo foi elaborado e embora trouxesse modificações importantes em relação a proposta original, também não foi aprovado. Assim, o Instituto Sul Rio-grandense da Banha foi criado e extinto no mesmo ano.<sup>39</sup>

### **3 – Transformações no cenário da banha nas décadas de 1940 e 1950**

Depois de 1935, a exportação da banha do Rio Grande do Sul torna-se mais difícil, com as perdas dos mercados europeus, e as quedas das vendas para os mercados no Brasil, por conta da concorrência dos estados de São Paulo, Paraná e mesmo Santa Catarina (ROCHE, 1969, p. 443). Um dos elementos que contribuiu na perda dos mercados internacionais foi a ocorrência no Brasil, nos anos 40, da Peste suína Clássica (PSC), classificada como doença “A” pela Organização Mundial da Sanidade Animal (OIE), levando

---

<sup>38</sup> Com a criação do Instituto Sul Rio-grandense da Banha, o Sindicato da Banha e o seu braço econômico, a Sociedade da Banha Sul Rio-grandense, foram extintos. As empresas controladoras do Sindicato, ou conveniadas a ele, se articularam no Instituto.

<sup>39</sup> Jornal Correio Serrano. Edição de 12.02.1938. MADP.

a dificuldades na comercialização dos derivados do porco (TERHORST & SCHMITZ, 2007). A produção de banha do estado voltou a crescer na década de 1950, mas a exportação é mais vultosa nos itens derivados e transformados a partir da carne, cuja exportação triplicou, ficando a banha com uma importância em termos de consumo interno. Ou seja, a banha que ocupava lugar de destaque por duas, quase três décadas, dali para diante teria papel de coadjuvante.

Em 1º de Julho de 1937 um decreto do governo federal proibiu a matança doméstica de suínos, obrigando o abate em estabelecimentos registrados e sob fiscalização federal. Ainda no mesmo ano a exportação de banha bruta também foi vedada. Ocorre que na década de 1930 já estava em marcha uma mudança de âmbito maior que faria o setor sentir as consequências, determinando no longo prazo, o ocaso da banha. Muitos industrialistas consideravam as transformações na cena econômica agropecuária em curso: “admitem os industrialistas do porco que a banha vem sofrendo ultimamente nos centros de consumo interno e externo a concorrência dos compostos e óleos vegetais” em cuja fabricação “são empregadas matérias primas de custo ínfimo e produzidas em notáveis quantidades” (PIMENTEL, [s.d.], p. 183).<sup>40</sup> Articulada a mudança do consumo de gordura, até como uma consequência desta, ocorreu a mudança de foco na produção do porco banha para o porco carne, na linha de um aproveitamento integral do animal. As fábricas mais modernas já estavam implementando esta transição, especialmente aquelas ligadas ao Sindicato, ao grupo Oderich, Renner, Swift, dentre outros.

Nos inícios da atividade suinícola “os rebanhos suínos chegaram a apresentar maioria impressionante do tipo Macau, vulgarmente chamado de ‘porco para banha’” (PIMENTEL, [s.d.], p. 175-183). Mas nos anos 30 e 40 em diante, ocorreu a introdução de raças mais adaptadas ao “meio agrícola e climatérico”, mas principalmente “ao critério de exigências do mercado”, sendo por isso aconselhável a “preferência às raças estrangeiras mais rústicas para o nosso meio como as Duroc-Jérsei, Polland China, Large-Black, Berkshire, que são as melhores”.

Por fim, outra mudança parecia extinguir uma prática que vigorava por décadas,

---

<sup>40</sup> Não por acaso, parece que o Departamento Municipal de Propaganda e Educação Cívica de Ijuí envolveu na divulgação da substituição do comércio da banha pelo óleo vegetal. O dono do Frigorífico Serrano, Rosalvo Scherer dirigiu carta aberta ao prefeito, Emílio Martins Bühler, para que este atuasse no sentido de garantir a produção da banha: “Através de um pronunciamento, publicado na imprensa local, o prefeito comprometeu-se em resolver esse problema junto ao governo estadual” (AMARAL, 2003, p. 119-120).

conforme um especialista em suinocultura afirma: “O sistema de receber a banha produzida pelas regiões coloniais em fábricas – refinarias – desapareceu por completo, sendo hoje em dia os animais abatidos nas próprias fábricas com o aproveitamento integral da matéria prima” (PIMENTEL, [s.d.], p. 182). O passo seguinte, na reestruturação produtiva do setor foi a integração,<sup>41</sup> sistema no qual a empresa se articulava diretamente com os produtores, cedendo porcos e rações para engorda, remunerando o produtor pelo trabalho, garantindo com isso a oferta de matéria prima para o abate.

Ao final da primeira metade do século XX um quadro se consolida no cenário da banha, evidenciando o ocaso de um produto que até então fora primordial. A banha deixa de ser o grande produto e se torna coadjuvante, ao passo que a carne e demais derivados do porco alçam-se a condição de produtos principais, de um complexo agroindustrial que dá seus passos rumo ao futuro. As refinarias desaparecem ou se transforma nos modernos frigoríficos. Os colonos se veem especializados em produtores de suínos.

A década de 40 registra ao todo 50 estabelecimentos de abate de suínos atuando sob inspeção federal no Rio Grande do Sul. A natureza do beneficiamento da matéria prima e os produtos que cada estabelecimento produz não estão expostos. Destes, 6 são estabelecimentos dos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros S.A., que é a empresa sucedânea da Sociedade da Banha Sul Rio-grandense, criada pelo grupo Oderich e outros sócios e localizados nas cidades de Carazinho, Caí, Canoas, Veranópolis (antiga Alfredo Chaves), Santo Ângelo e Viadutos. Outros 8 são cooperativas de colonos e os demais 36 são empreendimentos particulares espalhados pelo estado, mas em sua maioria localizados na região colonial. Qual fora a ligação destes empreendimentos particulares com a Sociedade da Banha é difícil de elucidar, mas muito provavelmente, por imposição legal, todos deveriam desenvolver alguma relação com o Instituto da Banha, principalmente se quisessem exportar. O abate tem números crescentes para as cooperativas e os empreendimentos privados, ao passo que, considerando o início e o fim da década, o grupo Oderich termina o período abatendo menos que no início

---

<sup>41</sup> A integração começou nos anos de 1950 em diante, introduzida primeiramente em Santa Catarina, mas depois implementada em outros lugares, como a região colonial do RS. Uma análise sobre o desenvolvimento da produção suína, a crise da economia colonial, a implantação do sistema de integração e a relação dos colonos com o complexo agroindustrial controlado pelo grande capital é possível obter em: FRANZEN, Douglas. *Frigorífico Safrita de Itapiranga: um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014. De mesmo modo, uma análise sobre as transformações da economia colonial pode ser vislumbrada em: SERPA, Ivone. *Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Regional). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

dele. Os números das cooperativas são estáveis, com um pequeno aumento, mas que é menor que os abates dos grupos privados, que por sua vez experimentaram um crescimento exponencial.

### **Quadro 1: Abate de suínos nos estabelecimento sob inspeção federal no Rio Grande do Sul (1942-1960)**

Estabelecimentos	Período 1942-1950	Período 1951-1960
Frig. Nacionais*	1.321.195	750.224
Cooperativas	672.892	1.637.961
Privados	5.490.477	13.051.252
Totais	7.484.564	15.439.437

\* A empresa Frigoríficos Nacionais Sul-Riograndenses S.A. é oriunda de parte dos antigos empreendimentos ligados a Sociedade da Banha, da qual o grupo Oderich era o principal sócio.

Fonte: SIPS. Dados estatísticos. Porto Alegre: Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul, 2009.

A década de 50 registra ao todo 73 estabelecimentos de abate de suínos, dentre frigoríficos, refinarias e matadouros, ou seja, mesmo com fechamentos na década anterior, ocorreu um incremento de 23 empreendimentos. Os estabelecimentos mantidos pela empresa Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros S.A. são em 5, visto que um, o de Viadutos, já fora fechado na década anterior. E estes 5 serão fechados, todos eles, entre 1954 e 1958, encerrando suas atividades, sendo que duas de suas plantas foram assumidas por outras empresas. Muito provavelmente o grupo Oderich se reestrutura e estabelece um novo foco de negócios, visto que 1954 também é o ano do surgimento da empresa Conservas Oderich.

As cooperativas atuando sob inspeção federal saltam para o número de 12, com uma encerrando as atividades e outra iniciando, mantendo uma participação constante no volume abatido. As demais 55 empresas são as classificadas como particulares e respondem pela maior parte dos abates. O crescimento do abate em números gerais também continua constante, ou seja, se registra o dobro de abates em relação a década anterior.

## **Considerações finais**

Bernardes (1951, p. 605) já mostrava como a indústria da banha, no Rio Grande do Sul, “evoluiu dos pequenos estabelecimentos existentes nas linhas coloniais, na maior parte dos casos quase indústrias domésticas, até as fábricas atuais localizadas nos centros urbanos”, em virtude da valorização econômica, ou seja, rendia um retorno monetário ao colono. Assim, por exemplo, no município de Santa Cruz do Sul, por volta da década de 1940, era possível observar “registradas 54 fábricas de produtos suínos, pequenos estabelecimentos, portanto, localizados na zona rural”. Assim, ao lado de um complexo industrial, marcado pela existência de grandes, médios e até pequenos frigoríficos, que produziam numa escala de modo a atender mercados mais amplos, dentro do RS, outros estados e a exportação internacional, também havia um comércio colonial, onde circulavam os produtos num raio regional, nas cercanias do local de produção.

De modo geral, verificou-se uma profunda transformação estrutural ocorrendo no Rio Grande do Sul, em que uma região, a mais antiga, está num processo de ocaso, ao passo que outra, a colonial, está em ascensão. No processo de dinamização econômica da região colonial, a banha e o seu comércio foi fundamental no processo de concentração de capital e formação de complexos industriais no setor de alimentos, notadamente no setor de carnes. Nesta lógica, a espoliação de um grupo social, o dos colonos envolvidos na criação de porcos e produção de banha se fez evidente, gerando conflitos econômicos e sociais que repercutiram na cena política.

Para os colonos, a banha foi o produto de sua sobrevivência. Nos primeiros tempos, no século XIX ainda, até meados dos anos 1920, o colono confeccionava a banha e a entregava ao comerciante como forma de operacionalizar seu intercâmbio na obtenção dos gêneros de sua necessidade, ou mesmo na refinaria, quando fosse vantajoso ou o colono estivesse em condições de fazê-lo. As transformações no cenário econômico, com o advento do empreendimento frigorífico, e a legislação restritiva vão operacionalizar a especialização do colono em criador de porcos, com o progressivo abandono da atividade de fabricar banha na propriedade, num sistema doméstico. Este era pelo menos o intento da legislação ao proibir que a banha colonial transitasse no comércio internacional, em 1934, e depois no comércio

interestadual, em 1937. Entretanto, como tudo dependia de fiscalização eficiente, não há como estabelecer se realmente tudo transcorreu conforme o desígnio da lei. É visível, entretanto, a transição para o beneficiamento da carne do porco enquanto que a banha ficava relegada a segundo plano. Mas também parece que a banha colonial sobreviveu no interior, numa circulação regional, que passou a ser cerceada posteriormente por outras legislações e novas políticas de restrição decorrentes da ação dos poderes públicos, um processo cujo desdobramento se faz sentir até os dias atuais.

Por fim, é possível dizer que a crise da banha foi uma crise da colônia, enquanto que para os grupos econômicos envolvidos no processo foi um momento de acumulação de capital seguido de sua reestruturação para um novo patamar produtivo. Como foi demonstrado, na década de trinta o grande controlador dos preços da banha foi o Sindicato da Banha, o que quer dizer que este poder estava nas mãos da pequena fração de grandes comerciantes, dedicados ao refino e exportação da banha, que acumularam enormes quantidades de capital no processo. Esta estruturação alijou inclusive grupos de comerciantes e refinadores de algumas regiões, que não se associando ao Sindicato, ou mesmo se associando, passaram a desempenhar uma função secundária e subalterna. O que torna compreensível a ação desenvolvida por muitos comerciantes de várias regiões em relação ao Sindicato, como os de Carazinho, que se puseram a frente de um movimento de defesa da banha, contando com a participação de parcelas dos colonos. Em Ijuí, neste sentido há a ação de Rosalvo Scherer, que ao desvincular-se do Sindicato, opta por formar um empreendimento que não pretende se restringir ao beneficiamento da banha colonial, mas atuar na manufatura completa do porco. Mas a associação com o Sindicato não deveria ser de todo sem vantagens, porque muitas das refinarias do Rio Grande do Sul optaram, cada uma a seu tempo, por associarem-se ao truste da gordura. Para além do acúmulo de capital, as entidades organizadas pelos refinadores de banha, primeiro o Sindicato da Banha, e depois o que seria o Instituto da Banha, este último de iniciativa do governo estadual, foram importantes espaços de articulação de uma fração da elite econômica do Estado.

Todos estes eventos tomados em seu conjunto descrevem um processo de racionalização, tecnicização e concentração econômica. Este processo ganharia respaldo legal e institucional com a formação do Instituto Sul Rio-grandense da Banha. A formação do Instituto Rio-grandense da Banha, em 1937, e a obrigatoriedade do abate em estabelecimentos

fiscalizados oportunizou por outro lado a produção de dados estatísticos mais ou menos consistentes, retratando o panorama da suinocultura rio-grandense nas décadas de 1940 e 1950, evidenciando algumas transformações circunstanciais, embora não desprezíveis, superando a falta de dados mais completos que marcaram as épocas anteriores.

## Referencias

ADAM, Paulo. *“Ouro Branco”*: O porco e a banha em Ijuí (1890-1950). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2015.

*Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

*Anais da Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul*. 6ª sessão. 15.10.1894.

*Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior, 1928.

*Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Departamento Estadual de Estatística, 1942.

AMARAL, Sandra Maria do. *Elite política e relações de poder: o caso de Ijuí (1938 – 1945)*. Ijuí: Unijuí, 2003.

BERNARDES, Nilo. *Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul*. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1951. Ano IX. Nº 102. Set/1951. P. 605-609.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPURS, 2007.

FONSECA: Pedro Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- FRANZEN, Douglas. *Frigorífico Safrita de Itapiranga: um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014.
- LAGEMANN, Eugenio. *Imigração e industrialização*. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. P.114-134.
- MOURE, Telmo. *A inserção da economia imigrante na economia gaúcha*. In: DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. P. 91-112.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Inflação brasileira. Os ensinamentos desde a crise dos anos 30*. In: Economia Contemporânea. Nº 1. Janeiro-junho de 1997.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária Colonial e Industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre: Continente, [s.n.].
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 v. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SCHERER, Rosalvo. *Em prol da suinocultura rio-grandense*. Ijuí: [s.n.], 1956.
- SERPA, Ivone. *Da produção colonial ao sistema agroindustrial: a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Regional). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.
- SIPS. *Dados estatísticos*. Porto Alegre: Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos do Rio Grande do Sul, 2009.
- TERHORST, Karin Inês Lohmann & SCHMITZ, José Antônio Kroeff. *De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari*. In: Menasche, Renata (Organizadora). *A Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007. P. 100 – 119
- WEBER, Regina. *Os inícios da industrialização de Ijuí*. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1987.